

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Ana Lúcia Ferreira

**Evolução da contabilidade e os avanços nos processos
contábeis**

Taubaté – SP
2021

Ana Lúcia Ferreira

Evolução da contabilidade e os avanços nos processos contábeis

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Me Francisco de Assis Coelho

**Taubaté – SP
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

F383e Ferreira, Ana Lídia
Evolução da contabilidade e os avanços nos processos
contábeis / Ana Lídia Ferreira - 2021.
45f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Departamento
de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2021.

Orientação: Prof. Me. Francisco de Assis Coelho,
Departamento do orientador – Gestão e Negócios.

1. Contabilidade. 2. Inovações tecnológicas. 3.
Desenvolvimento econômico. I. Título.

657

Ana Lúdia Ferreira

**EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE E OS AVANÇOS NOS PROCESSOS
CONTÁBEIS**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Me Francisco de Assis Coelho

Data: 29/11/2021

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Me Francisco de Assis Coelho

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Me Angela Maria Ribeiro

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Me Júlio César Gonçalves

Universidade de Taubat

Assinatura _____

Aos meus pais Hilária e Donizeti, que sempre me apoiaram e buscaram o melhor para meu futuro, me motivando a continuar e persistir nos meus sonhos, sem eles essa realização não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todo cuidado, propósito na minha vida e por me capacitar nessa fase.

Agradeço a Jesus por todo amor e toda graça pela qual não sou merecedora, pelo seu sacrifício no qual recebo diariamente bondade e misericórdia de Deus.

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim, por todo apoio e por terem me ensinado princípios e valores do qual moldaram meu caráter e são base para que eu possa enfrentar qualquer situação da minha vida.

Agradeço ao Prof. Assis por todos os ensinamentos e por toda dedicação em que compartilhou seus conhecimentos pacientemente desde o primeiro ano de curso.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram para minha formação durante esses anos com toda paciência e empatia nesse momento de pandemia.

Agradeço meus amigos e colegas que fizeram parte desse ciclo comigo em que compartilhei momentos bons e ruins.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente em todo o processo durante esses anos até a realização desse trabalho.

"Tudo o que fizerem, seja em palavra ou em ação, façam-no em nome do Senhor Jesus, dando por meio dele graças a Deus Pai."

Colossenses 3:17

FERREIRA, Ana Lúcia. **Evolução da contabilidade e os avanços nos processos contábeis.**: 2021. 45 f. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Ciências Contábeis do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

Esse trabalho resulta em uma pesquisa sobre a evolução da contabilidade e os avanços da contabilidade em seus processos. A contabilidade surgiu desde os primórdios na necessidade humana de controlar seu patrimônio, partindo desse princípio, a contabilidade foi evoluindo de acordo com o desenvolvimento econômico ao longo dos anos. O objetivo desse trabalho é relatar as influências dos avanços da tecnologia na execução das atividades contábeis, introduzir o surgimento da contabilidade, citar a contabilidade no Brasil, fazer menção aos avanços dos métodos de escrituração contábil até a informatização desse processo, onde na evolução contábil é citada o SPED e seus dois projetos ECD e ECF são descritos. No desenvolvimento foi abordada a contabilidade no Brasil atualmente, relatando a forma em que contabilidade digital surgiu através dos avanços tecnológicos a facilidade os arquivos e documentos contábeis são transmitidos e projetados nos sistemas. Por fim, o estudo conclui que os avanços tecnológicos elevaram a contabilidade a um patamar de maior significância, oferecendo mais eficácia nas atividades e maior desempenho nos resultados, auxiliando os gestores e demais usuários na tomada de decisões, de forma que o controle de informações e seus devidos tratamentos sejam melhor avaliados e o contador ganhe vantagem na otimização de tempo e excelência no trabalho.

Palavras-chave: Contabilidade Digital. Evolução da contabilidade. Avanços nos processos contábeis. SPED.

LISTA DE ABREVIATURAS

§ - Parágrafo

Art. – Artigo

AC - Autoridade Certificadora

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC - Conselho Regionais de Contabilidade

CT-e - Conhecimento de Transporte eletrônico

DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais

ECD - Escrituração Contábil Digital

ECF - Escrituração Contábil Fiscal

EFD - Escrituração Fiscal Digital

EFD Contribuições - Escrituração Fiscal Digital Contribuições

EFD ICMS/IPI - Escrituração Fiscal Digital Contribuições

EFD Reinf - Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída

eSocial - Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas

Febraban - Federação Brasileira de Bancos

IASB - International Accounting Standards Board

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IFRS – International Financial Reporting Standards

ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

MDF-e - Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos

NF-e - Nota Fiscal Eletrônica

NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

NFC-e - Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

RFB - Receita Federal do Brasil

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

Susep - Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultado da contagem.	16
Figura 2 - Jornal do Commercio, RJ, 1850.....	20

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
LISTA DE FIGURAS	10
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA DO TRABALHO.....	12
1.2 OBJETIVO DO TRABALHO	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 PROBLEMA.....	13
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	13
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	14
1.6 METODOLOGIA	14
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE.....	16
2.1.1 Contabilidade No Brasil	19
2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE	23
2.2.1 Escrituração Contábil.....	24
2.2.2 Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.....	25
2.2.2.1 Escrituração contábil digital (ECD).....	27
2.2.2.2 Escrituração contábil fiscal (ECF)	29
3 A CONTABILIDADE NO BRASIL NA ATUALIDADE	31
3.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	32
3.2 CONTABILIDADE DIGITAL.....	34
3.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC).....	35
3.4 CERTIFICADO DIGITAL	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como base os primeiros acontecimentos da contabilidade, construindo de forma cronológica a ciência, abordando fatos como o surgimento da contabilidade desde os primórdios, as primeiras manifestações de contas, os primeiros indicadores de natureza contábil e de onde surgiu a importância de controlar os bens e patrimônios desde os primatas.

Nesse trabalho é abordando também como a contabilidade começou a se tornar uma atividade no Brasil, o início do processo de centralizar as entradas e saídas e os desenvolvimentos do homem na qual sua evolução acompanhava a evolução humana e social, como no início do comércio, as primeiras trocas de dinheiro ou obtenção de lucros caminhava junto com a evolução contábil.

Hoje, sabendo que a tecnologia tem sido um pilar do desenvolvimento dos processos contábeis, é possível identificar a otimização do tempo, qualidade de resultados e o detalhamento dos fatos, na qual os avanços trouxeram, os processos nos métodos de escrituração, a forma como o acúmulo de documentos físicos passou a ser obsoletos e se transformaram em documentos digitais mais específicos com detalhes de informações, não refém de livros e mais livros com lançamentos manuais.

Dessa forma, a finalidade desse trabalho é demonstrar o processo de surgimento da contabilidade e sua evolução, destacando os benefícios de seus avanços nos processos contábeis e como as ferramentas digitais serviram de melhoria em qualidade e rapidez para o desempenho da contabilidade.

1.1 TEMA DO TRABALHO

A contabilidade foi a primeira profissão regulamentada no Brasil, mesmo ainda quando não se tinha conhecimento técnico e científico, a contabilidade viabilizava os negócios e acelerava o desenvolvimento econômico a partir do ensino comercial. Desde o surgimento das contas até a atualidade, a contabilidade passou por processos de avanços no qual a tecnologia e o desenvolvimento econômico foram de grande importância para que fosse fundamentada e trouxesse benefícios em seus processos, como a otimização de tempo,

qualidade, impacto sustentável com a digitalização de documentos, entre outras qualidades em seus resultados e entregas.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar as influências dos avanços da tecnologia na execução das atividades contábeis.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos explicitam em detalhes o desdobramento do objetivo geral:

- Identificar o surgimento dos primeiros registros contábeis;
- Relatar o processo contábil ao longo desses anos no Brasil;
- Relatar a transição do acúmulo de papéis e livros escriturados manualmente para acesso a documentos de forma remota/digital;
- Relatar as formas de escriturações contábeis digital;
- Os avanços nos processos contábeis através do SPED;
- Relatar a contabilidade no Brasil atualmente;
- Relatar a contabilidade digital.

1.3 PROBLEMA

Ao abordar a contabilidade em sua evolução, a questão problema a ser respondida será quais efeitos dos avanços tecnológicos na contabilidade e até que ponto esses avanços são benéficos no desempenho e nos processos contábeis?

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância desse trabalho se dá ao estudo dos avanços nos processos contábeis ao longo dos anos, entendendo que a contabilidade surgiu desde os primórdios, sendo relatado os

primeiros registros contábeis e a forma como a escrituração desses lançamentos foi avançando ao decorrer dos anos até a era digital.

Neste trabalho contém a transição do modo de escrituração, com início nos livros com registros manuais, avançando para as primeiras máquinas, computadores e ferramentas digitais desenvolvidas através da tecnologia afim de unir informações, gerando otimização nos processos contábeis e maior qualidade nas entregas das informações aos diversos usuários.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo delimita-se desde o surgimento da contabilidade e seus avanços até a era digital, demonstrando as ferramentas de escrituração nos processos contábeis desde os primórdios até o momento atual, na qual as escriturações são feitas digitalmente com mais facilidade e desenvolvimento através da tecnologia e informatização.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho refere-se a uma pesquisa aplicada, que para seu desenvolvimento foi necessário livros, sites, normas, estudos e artigos divulgados sobre o tema em questão, a fim de atingir os objetivos e esclarecer a problemática. Silva e Menezes (2005), discorrem que a metodologia é composta por uma sequência de etapas, seguidas a fim de alcançar os resultados da investigação de um fenômeno, os autores destacam que:

Realizar uma pesquisa com rigor científico pressupõe que você escolha um tema e defina um problema para ser investigado, elabore um plano de trabalho e, após a execução operacional desse plano, escreva um relatório final e este seja apresentado de forma planejada, ordenada, lógica e conclusiva. (SILVA e MENEZES, 2005, p.23).

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em 4 (quatro) capítulos, de forma que a sequência das informações ofereça um perfeito entendimento de seu propósito.

No Capítulo 1, apresenta-se uma introdução abordando o tema, o problema, os objetivos, tratando-se a relevância do estudo, a delimitação, metodologia e a organização do trabalho.

O Capítulo 2 trata da revisão bibliográfica, com o surgimento da contabilidade, os primeiros acontecimentos identificados como natureza contábil, introdução e desenvolvimento da contabilidade no Brasil através dos anos. No mesmo capítulo é descrita a forma como ocorreu a evolução contábil e os avanços nas escriturações através dos desenvolvimentos tecnológicos, juntamente com softwares contábeis na era digital, aborda a eficiência da informatização e a introdução do SPED e seus projetos que inovaram e facilitaram na entrega das obrigações aos fiscos.

O Capítulo 3 trata do desenvolvimento, relata a contabilidade no Brasil na atualidade, demonstrando a tecnologia da contabilidade digital com o auxílio dos sistemas de informação e ferramentas, como o certificado digital, que beneficiam a contabilidade nos processos contábeis. Neste capítulo também é abordado o CPC para citar a forma de como os pronunciamentos contábeis são construídos, a fim de consolidar uma base com conhecimentos técnicos na qual a contabilidade deve seguir de acordo com as normas.

O Capítulo 4 trata das considerações finais realizadas para demonstrar os benefícios dos avanços contábeis.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é considerada um dos conhecimentos mais antigos da humanidade, surgindo da necessidade do ser humano em controlar seu patrimônio e em função de trocar bens para maior satisfação das pessoas.

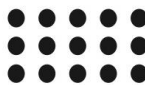

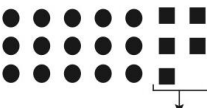
Segundo Cotrin, Santos e Júnior (2012) a contabilidade é tão antiga que nos remete à própria história da civilização. Ela está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social e interpretação dos fatos ocorridos com o objetivo material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos. Alguns historiadores relatam que os primeiros sinais da existência das contas datam de aproximadamente 4.000 a.C.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) relatam a história de um homem que exercendo a atividade de pastoreio, acostumado a passar por períodos de restrições devido as estações do ano e com interesse de saber se houve aumento ou diminuição na quantidade de suas ovelhas a cada período, desenvolve a ideia de separar um pequeno monte de pedrinhas, considerando uma pedrinha para cada cabeça de ovelha, executando assim o que o contabilista chamaria hoje de inventário. A intenção era guardar as pedrinhas que representavam suas ovelhas, sendo uma forma de cuidar da sua riqueza no momento até a próxima contagem.

Considerando que esse processo seria feito de período em período, o homem poderia medir a evolução de sua riqueza dessa forma, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Resultado da contagem.

Resultado da contagem

Cada símbolo (pedrinha) corresponde a uma cabeça de ovelha		
Primeiro Inverno	Segundo Inverno	Comparação entre 2 invernos
 1º Inventário	 2º Inventário	 Acréscimo de cabeças de ovelhas

Os autores relatam que nessa história, se ao invés de ovelhas, fossem moedas, o denominador comum não seria ovelhas, mas sim o valor em dinheiro. Todavia, o que fica bem claro é que mesmo sem moedas, escrita e número, a Contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homo sapiens. Essa fase pode ser chamada de fase empírica da contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras, imagens para identificar o patrimônio existente.

De acordo com Sá (1997), alguns desenhos em grutas e rochas e traços identificadores de quantidades, eram atribuídos a manifestações artísticas, entretanto se tratavam dos primeiros registros identificados como elemento patrimonial, que para historiadores famosos como Melis e arqueólogos consagrados como Figuiier, não existiram dúvidas quanto à sua natureza contábil.

Para o autor, a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da antiguidade e até hoje, ele teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram-se desenvolvendo em dimensão e em complexidade. A contabilidade reflete a organização em lugares em que reinava o caos, classifica, agrega e inventaria os bens, aprimorando a qualidade e a quantidade cada vez mais.

Parte do que a Contabilidade é pode ser aferida pelo que a contabilidade realiza dentro da atividade econômica. Pode-se facilmente verificar que um sistema simples de registro e análise contábil não falta, nem mesmo na mais rudimentar das organizações. Em certas organizações pequenas, poderão faltar o economista, o engenheiro ou o técnico em administração, mas certamente não faltará o técnico de contabilidade para “tocar” a escrituração, como vulgarmente se afirma. Isto caracteriza a essencialidade da função contábil (IUDÍCIBUS, 2010, p. 16).

Segundo Iudícibus (2010, p. 16) em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades e nações.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) contam que o desenvolvimento da contabilidade foi lento e durou longos séculos, somente em torno do século XV (com presença relevante no século XIII), praticamente após 5.500 anos (partindo-se da hipótese de que ela existe desde 4.000 a. C.), é que a contabilidade atinge um nível de desenvolvimento notório, sendo chamada de fase lógica-racional ou até mesmo a fase pré-científica da contabilidade.

De acordo com Pinto (2002) a contabilidade possui quatro fases históricas, passando pela contabilidade antiga, a contabilidade medieval, a contabilidade moderna e, a mais recente, contabilidade científica, sendo que cada período fora marcado por algum feito, obra ou mudança econômica, e a partir de cada fase foram surgindo pensadores doutrinários. (apud Vasconcellos, 2021, p. 17).

Sobre essas fases, também chamadas de evolução da ciência da Contabilidade, Bachtold (2011) destaca:

- Contabilidade do mundo antigo: período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando Leonardo Fibonacci publica o *Liber Abaci*, um compêndio sobre cálculo comercial;
- Contabilidade do mundo medieval: período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, com o surgimento do *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas), de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos;
- Contabilidade do mundo moderno: período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra “*La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*”, de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade;
- Contabilidade do mundo científico: período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje. A obra de Francesco Villa, em 1840, é considerada o marco inicial da contabilidade como ciência.

2.1.1 Contabilidade No Brasil

A vinda da família real portuguesa para o Brasil foi um fator principal para iniciar a história da contabilidade no país. O início se deu em 1808, quando o Príncipe D. João reinstalou a sede do Erário Régio ou Tesouro Nacional para o Rio de Janeiro. Paixão (1997), descreve Erário Régio como:

Organismo criado no reinado de D. José I, pela carta de Lei de 22 de dezembro de 1761, durante um período absolutista em que o rei de Portugal dominava um império colonial que se estendia da Índia ao Brasil, passando pelo continente africano. Para garantir o exercício de um poder absoluto, era necessário um regime centralizado, que controlasse a dispersão das cobranças e despesas - característica do período anterior - e possibilitasse uma gestão completa e sistemática das contas públicas. [...] Presidia o Erário Régio o inspetor-geral do Tesouro, que ficava imediatamente subordinado ao rei; por ordem hierárquica seguia-se o tesoureiro-mor, que tinha a seu cargo a Tesouraria-Mor. Para efeitos fiscais o reino ficou dividido em quatro contadorias, cada uma com o seu respectivo contador-geral. (PAIXÃO, 1997, p.60).

Na carta elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, com relação a primeira referência oficial à escrituração e relatórios contábeis, ele relata que:

“Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores” (D. João VI ,apud REIS; SILVA; SILVA, 2008).

Daí por diante o Erário Régio ganhou mais autonomia, proporcionando a expansão do desenvolvimento socioeconômico e, com ele, adotou-se o método das Partidas Dobradas, já utilizado em Portugal, conforme carta do príncipe D. João VI. O órgão era composto por um presidente com funções de inspetor geral, um contador e um procurador fiscal. Eles realizavam toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

De acordo com o CFC (2016), no período da República em 1850, foi criado o Código Comercial Brasileiro pelo Imperador D. Pedro II, com o objetivo de regulamentar os procedimentos contábeis, impondo às empresas a exigência da escrituração dos livros, seguindo a legislação no período (Lei n.º556, Art. 290).

Iudícibus (2010, p. 21, 22) relatam que o Brasil foi influenciado inicialmente pela escola italiana tendo como, provavelmente, a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, entretanto, alguns autores consideram que a Escola Politécnica de São Paulo teria sido pioneira no ensino da Contabilidade em seu Curso Preliminar, onde incluía a disciplina Escrituração Contábil.

Por volta de 1920 a 1940, cada empresa comercial ou industrial (naquele tempo dizia-se "firma") tinha o seu "guarda-livros", geralmente um homem bem-intencionado, mas de pouca formação técnica, sem haver frequentado escolas ou cursos da especialidade, aprendera pela prática ou pelo empirismo. O guarda-livros fazia tudo: a Contabilidade da firma, a sua escrituração, a sua correspondência, os seus contratos e distratos, preenchia os cheques, fazia pagamentos e recebimentos, enfim era o *factótum*, o indivíduo cuja função é ocupar-se de todos os afazeres de outrem. Pessoa imprescindível. Era o tempo em que predominavam os práticos. Os guarda-livros prestaram muitos serviços dentro de suas limitadas possibilidades. (LEITE, 2005 apud SOMBRA, 2013).

O curso de contabilidade correspondia ao curso de guarda-livros. Agrade curricular deste novo curso era composta por um grupo de disciplinas de cultura geral e outro de cultura técnica que continha contabilidade geral, comercial, bancária, industrial. (LEITE, 2005 apud SOMBRA, 2013)

A seguir é ilustrado um pequeno texto, extraído do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro de 1850, conforme Figura 2.

Figura 2 - Jornal do Commercio, RJ, 1850.



Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2016.

No Brasil, a profissão contábil foi considerada uma carreira universitária por meio do Decreto-Lei nº 7.988 em 1945, e no ano seguinte, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) com a publicação do Decreto-Lei n.º 9.295, em 27 de maio de 1946.

Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 09) destacam a forma como essa profissão era vista após anos e a importância dela atualmente:

Hoje, por exemplo, a profissão é muito valorizada nos países do primeiro mundo. No Brasil, até a década de 60, este profissional era chamado de “guarda-livros”, a nosso ver, título pejorativo e pouco indicador. Todavia, com o milagre econômico na década de 70, essa expressão desapareceu e observou-se um excelente e valorizado mercado de trabalho para os contabilistas (IUDÍBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 09).

Outras leis vieram adequar e aperfeiçoar a atividade contábil ao longo do tempo. Com a publicação da Lei nº 3.384, 28 de abril de 1958, a profissão de guarda-livros recebe nova denominação, a de técnico em Contabilidade.

Em 1976 o Brasil dá um grande passo a partir da Lei nº 6.404 ao iniciar a adaptação à globalização diante da competitividade entre mercados, tendo a preocupação em atender outros usuários da informação. Em 2002, a legislação demonstra preocupação com a obrigatoriedade de escrituração e por meio da lei nº 10.406/2002, o Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.179, na qual atinge o empresário e sociedade empresária, dispensando o pequeno empresário e o produtor rural dessas obrigações supracitados no artigo, destaca:

Art.1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizada ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial, e o de resultado econômico (BRASIL, 2002).

Ao tratar da evolução percorrida pela contabilidade e escrituração, é importante ressaltar também a criação no Brasil do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, através da Resolução CFC nº 1.055/2005, o qual busca regular a contabilidade aos padrões adotados internacionalmente (CPC, 2016). Sendo assim, a partir da elaboração de pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações do CPC, é possível que a maneira de se escriturar

adotada no Brasil esteja padronizada com a maneira de se escriturar e contabilizar adotada em outros países, conferindo à contabilidade uma linguagem estrutural global.

Com essa padronização, foi criada da Lei n. 11.638, 28 de dezembro de 2007, a partir da qual a contabilidade brasileira se adequa às normas internacionais de contabilidade. Considerando outras leis, a Lei Complementar 12.249/2010 institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil, exigindo um melhor preparo de professores e alunos, afim de garantir a formação de profissionais cada vez mais qualificados.

Do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são emanados os Princípios Fundamentais da Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os princípios são gerais; as normas são para cada tipo de entidade, cada natureza jurídica, cujo patrimônio é contabilizado. Outros órgãos também emitem suas normas acerca do tema, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN), por exemplo.

2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Segundo a abordagem de Iudícibus, Marion e Faria (2009), em meados do século XIX, a Contabilidade era apenas tida e tratada como um método de escrituração, passando a receber uma roupagem mais científica a partir de obras publicadas de renomados escritores, como: Francesco Villa (*La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche*, 1840), Francesco Marchi (*I cinquecontisti: ovvero la ingannevole teoria che viene insegnata intorno al sistema di scritture a partita doppia e Nuovo saggio per la facile intelligenza ed applicazione di quel sistema* – 1867), e Giuseppe Cerboni (*Primi saggi di lagismografia*, 1886).

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009):

O surgimento das gigantescas *corporations*, principalmente no início do século XX, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e o extraordinário ritmo de desenvolvimento que aquele país experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas. (IUDÍBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 14).

No atual momento, o profissional de contabilidade possui em suas mãos uma função bem diferente do que era há alguns anos.

Diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do Contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco. (IUDÍBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 23).

Dessa forma, atualmente, muitas empresas não veem os profissionais da contabilidade apenas como um profissional hábil e capaz de auxiliar os gestores na tomada de decisões empresariais, através de relatórios gerenciais que podem ser extraídos dos sistemas contábeis informatizados, e posteriormente, analisados e confrontados com diversos indicadores para que sejam identificados pontos cruciais a serem tratados. Mas também como um profissional fundamental para que as entregas essencialmente qualitativas, com informações contábeis e

fiscais mais estruturadas, análises detalhadas e orientações consultivas que agreguem valor à gestão da organização, estejam de acordo com fisco.

2.2.1 Escrituração Contábil

A escrituração é conceituada como “uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa, etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial”(RIBEIRO, 2013).

Sabe-se que ao longo dos anos as atividades foram sendo realizadas com mais facilidade através do desenvolvimento da tecnologia, na qual a forma de executar uma escrituração passou pelo processo de escrituração manual, maquinizada, mecanizada, até que alcançasse a informatização, ou seja, atualmente a escrituração eletrônica.

Santos (2011, p. 53 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017) declara que “ao registro de fato contábil se dá o nome de lançamento ou partida. Portanto, a escrituração é a técnica de manter registros escritos, através de lançamentos contábeis, com o intuito de controlar os elementos patrimoniais de uma entidade”.

O primeiro processo de escrituração contábil foi o manuscrito, através deste processo fazia-se a escrituração dos principais livros manualmente, era um procedimento trabalhoso e minucioso que não permitia agilidade à contabilização, atualmente essa forma de escrituração encontra-se em desuso.

Os profissionais que faziam contabilidade manuscrita tinham grande dificuldade em manter as escritas atualizadas, devido ao volume de informações e registros necessários. Fazer um balancete ou um balanço era muito trabalhoso e exigia rigoroso controle das anotações. Essa foi uma fase difícil para os contadores. (SILVA e SILVA, 2016 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

Empresas de grande importância - e até mesmo o Banco do Brasil, instituição de grande relevância e influência - desempenhavam seus trabalhos contábeis pelo método manuscrito no início do século XX. O método manuscrito foi adotado por muito tempo na contabilidade, com exigência de boa caligrafia para a escrituração, procedimento em desuso nos dias de hoje. (SÁ, 2008 apud SCHERER e FAGUNDES, 2018).

Com o passar dos anos, iniciou-se o processo maquinizado, o surgimento das máquinas de escrever e máquinas de datilografia, fazendo o uso dessas ferramentas facilitando a realidade contábil. Após isso, passou-se para o processo mecanizado, onde máquinas foram

desenvolvidas exclusivamente para a contabilidade, resultando em uma contabilização mais fácil, fazendo com que os manuscritos perdessem espaço.

O processo desenvolvido após o descrito acima, foi a informatização ou também conhecida, a escrituração eletrônica, usada atualmente. Sendo um processo computadorizado, evitando o acúmulo de pilhas de papéis, usando apenas armazenamento de dados em arquivos magnéticos.

A escrituração contábil passou a ser mais rápida e eficiente. O tempo, que antes era destinado para fazer folha de pagamento, balancete, preenchimento de guias e lançamentos, hoje é ocupado para analisar e interpretar relatórios. Dessa forma, modernizou o segmento organizacional, ocasionando inúmeras vantagens e grande variedade de aplicativos para o setor contábil das organizações (BAIRRO, 2008 apud SCHERER e FAGUNDES, 2018).

O autor também salienta que a chegada da internet veio acompanhada de várias alterações na área contábil, como é o caso do envio de declarações às Secretarias da Receita Federal e Estadual, emissões de certidões negativas, impressão de notas fiscais, downloads de programas e muitas outras informações que o contador pode extrair da internet, tornando-se, pois, essenciais para o trabalho do contador.

É importante salientar, no entanto, que a adoção de qualquer que seja o sistema de escrituração do Diário não exclui a empresa da obediência aos requisitos intrínsecos e extrínsecos, previstos tanto na legislação civil, comercial e tributária, como também nas Normas Brasileiras de Contabilidade (RIBEIRO, 2013)

2.2.2 Sistema Público de Escrituração Digital – SPED

Como visto, ao longo dos anos, em desenvolvimento tecnológico, a contabilidade evoluiu e trilhou um caminho até se tornar o que conhecemos hoje. Partindo dos primeiros fatos contábeis escriturados manualmente, desenvolvendo recursos e alcançando mais eficiência na execução de seus registros, a ciência social foi capaz de atingir com eficácia e inovação, o SPED, usado atualmente.

Instituído pelo Decreto nº 6.022 no ano de 2007, o Sistema de Escrituração Público Digital (SPED), de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), “trata-se de uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato específico e padronizado”. Sendo assim, por

meio do SPED é possível que os contribuintes arquivem dados em um sistema digital, abandonando os papéis que utilizavam no passado.

De forma objetiva, o SPED pode ser entendido como um software que será disponibilizado pela Receita Federal para todas as empresas a fim de que elas mantenham e enviem a este órgão informações de natureza fiscal e contábil (a partir da escrituração digital mantida nas empresas) e informações previdenciárias, bem como os Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis gerados a partir da escrituração (já registrados nos órgãos do Comércio), além das Demonstrações Contábeis. (CFC, 2021)

A fim de uniformizar as informações e a maior qualidade das mesmas, com preocupação nas três esferas governamentais, ou seja, em atender interesses dos fiscos federal, estadual e municipal. O sistema instituído pelo governo brasileiro seguiu abordando um padrão de compartilhamento das informações contábil e fiscal de forma digital dos contribuintes, estabelecendo um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade. A Receita Federal (2021) cita que o sistema consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, das transmissões, certificações digitais para fins de assinaturas de documentos eletrônicos, sendo já validados juridicamente apenas na sua forma digital.

Segundo a Receita Federal (2021), os objetivos do SPED também estão na melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

A contabilidade e o controle fiscal no Brasil estão passando por uma revolução digital, que envolve o aumento da transparência sistêmica e o monitoramento fino e remoto da Receita Federal sobre as operações contábeis e os processos internos das empresas. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), lançado em janeiro de 2007 pelo governo como parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), já começa a ocorrer em grande escala e vai levar à substituição gradual do papel pelo meio eletrônico como suporte das informações que garantem o cumprimento das obrigações acessórias. As contas das empresas circularão pela internet na forma de arquivos digitais e o trabalho de fiscalização se tornará mais preciso e rápido (VILARDAGA, 2009, p. 14 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

De acordo com os autores, é fato que a informática já é amplamente explorada na contabilidade. Escriturações fiscais e contábeis são realizadas por meio de softwares

específicos, e o papel apenas transmite de maneira impressa o que já foi feito por meio eletrônico.

Atualmente aproveitando das vantagens que a era digital nos proporciona, o SPED visa ampliar as possibilidades fornecidas pela tecnologia, na qual possibilita o cumprimento das entregas das obrigações acessórias dos contribuintes de forma moderna e digital. Dessa forma, une-se em diversos projetos, onde cada um tem seu direcionamento específico, com o benefício da rapidez no acesso às informações, são eles: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Contábil Fiscal (ECF); Escrituração Fiscal Digital, que abrange a EFD ICMS IPI, EFD-Contribuições, e EFD-Reinf; além disso, também inclusos no universo de atuação do SPED, o Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e); a e-Financeira; eSocial; Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e); e Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-e), atendendo cada um sua finalidade e objetivo específico. (SPED, 2021)

2.2.2.1 Escrituração contábil digital (ECD)

A Escrituração Contábil Digital (ECD) como parte integrante do projeto SPED, tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os livros: Diário, Razão e Balancetes Diários. Os livros contábeis e documentos mencionados devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Segundo Silva, Costa e Silva (2017), apesar de não haver modificação em si na essência dos lançamentos quanto ao método, o processo eletrônico traz inúmeras possibilidades, e com elas inevitáveis mudanças. Neste sentido, relatam que:

A informática permitiu uma mudança sensível na atuação do profissional contábil, que antes perdia muito tempo com lançamentos manuscritos. Com isso ficava exposto a erros inadmissíveis nos dias atuais. Pode-se citar como exemplo a liberdade de poder alterar valores de lançamentos em contas, ou históricos a qualquer momento. Esse procedimento, antes da informatização dos escritórios, era admitido somente através de ressalvas nos livros contábeis, o que gerava transtornos.

(TOMELIN; NOVAES; BUCKER, 2010, p. 251 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017)

Entretanto, os autores também advertem o fato de que à medida que este processo eletrônico vai se aprimorando dentro da Contabilidade, são necessárias novas formalidades. Por exemplo, não existindo mais a necessidade de ressalvas em livros físicos por rasuras, e tendo em vista a referida facilidade em alterar lançamentos, é preciso que haja um controle mais rigoroso, evitando assim que se ocorram manipulações de dados. Para tanto, à medida que a Contabilidade evolui no acompanhamento à Era Digital, também novos mecanismos de segurança são criados a fim de evitar a vulnerabilidade a fraudes.

A obrigatoriedade a adotar a ECD, segundo o Art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, deve-se às pessoas jurídicas sujeitas à tributação do imposto sobre a renda com base no lucro real; as tributadas com base no lucro presumido, em determinados casos; as imunes e isentas quando determinado por lei; e as Sociedades em Conta de Participação, ou SCP.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013 no Art. 5º, a ECD deve ser transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração, quando o prazo de entrega será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da mesma.

A mera existência dos arquivos não determina que sejam válidos ou não, é necessário que a ECD seja bem elaborada. Desta forma, nota-se que para que haja sucesso, profissionais de tecnologia e contabilistas são indispensáveis para a realização de um trabalho visualmente estruturado e íntegro em seu conteúdo. Por meio da ECD ocorrem mudanças na forma de prestação de informações ao Fisco. Toda informação da empresa será encaminhada ao SPED, para ser acessada pelos autorizados a qualquer momento e de qualquer lugar. O Fisco também terá acesso mais rápido e maior controle das informações emitidas pelas entidades, punindo qualquer fraude encontrada. (SILVA; COSTA; SILVA, 2017, p. 42 e 43).

Os profissionais contábeis, e principalmente o Contador são a chave principal para que essas informações cheguem ao Fisco (RFB) através da escrituração contábil digital de forma responsável, transparente, objetiva e com a qualidade esperada através das normas e princípios contábeis (RODRIGUES; JACINTO, 2011, p. 59 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

A Receita (2021) salienta que a pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no Art. 5º, ou que apresentá-la com incorreções ou omissões, fica sujeita às multas previstas no Art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991.

2.2.2.2 Escrituração contábil fiscal (ECF)

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substituiu a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do SPED. Portanto, a DIPJ está extinta a partir do ano-calendário 2014.

Diferentemente da ECD que tem como objetivo facilitar o envio das informações, evitando a necessidade de autenticar os livros na Junta Comercial, como era necessário anteriormente, a ECF visa interligar as informações fiscais e contábeis da empresa, oferecer dados que sejam relevantes para a apuração do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) ou CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) da empresa.

Além disso, uma das inovações da ECF resulta em considerar os saldos e contas da ECD das empresas obrigadas para o seu preenchimento inicial. Ademais, a ECF também recuperará os saldos finais das ECF anterior, a partir do ano-calendário 2015. Na ECF haverá o preenchimento e controle, por meio de validações, das partes A e B do Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-Lalur) e do Livro Eletrônico de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (e-Lacs). Todos os saldos informados nesses livros também serão controlados e, no caso da parte B, haverá o batimento de saldos de um ano para outro. (RECEITA, 2021).

Os autores Silva, Costa e Silva (2017) destacam que é importante lembrar que as informações exigidas por tal declaração são complexas, e portanto para que a ECF seja gerada é indispensável que o contribuinte possua um sistema contábil ou software de gestão adequado, lhe permitindo assim seguir rigorosamente as especificações apontadas no Manual de Orientação próprio da referida declaração, o qual determina por exemplo as informações para preenchimento da ECF, a descrição de seus blocos, o leiaute correto do arquivo a ser importado, e as regras de validação, entrega, e retificação da obrigação. Não obstante, o uso de um sistema contábil informatizado eficaz garante ainda a geração de informações corretas, além de permitir que a apuração do IRPJ e da CSLL atenda aos requisitos exigidos pelo Fisco.

Trabalhando em conjunto escrituração contábil e fiscal, o Fisco preocupa-se em identificar qualquer tipo de irregularidade, seja nos impostos pagos ou declarados, na natureza das informações, em relação ao movimento físico de mercadorias ou movimento financeiro da empresa, e principalmente na manipulação da escrituração contábil como forma de facilitar a inadimplência fraudulenta (HENRIQUE, 2016 apud SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

São obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido, exceto as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; os órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas, também sem obrigatoriedade estão as pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014.

De acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 2.004, a não apresentação da ECF pelas pessoas jurídicas obrigadas, seja pela falta de entrega no prazo, apresentação com incorreções ou omissões, resulta em multa ao infrator, havendo as seguintes penalidades: multas previstas no Art. 8º-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, para as pessoas jurídicas que apuram o IRPJ pela sistemática do lucro real; e multas previstas no Art. 12 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, para as demais pessoas jurídicas.

3 A CONTABILIDADE NO BRASIL NA ATUALIDADE

Hoje, a contabilidade depende do auxílio de computadores ou notebooks, sendo que o mercado de trabalhos moderno possui um acúmulo de novas tecnologias, aderindo constantemente a era digital, com o intuito de trazer agilidade e buscar a cada dia conceder um atendimento eficaz aos clientes. Pode-se afirmar também que os sistemas de softwares estão desenvolvendo a cada dia, perante a área contábil, sendo assim, as empresas investem nessas novas tecnologias buscando solução aos problemas com mais agilidade nos atendimentos (LIMA e REZENDE, 2020).

A iniciativa do governo brasileiro na implantação do SPED e seus devidos projetos, também foi de grande avanço na informatização da contabilidade no país. De acordo com Silva, Costa e Silva (2017), a tecnologia moderna trata-se de uma ferramenta que permite inúmeras possibilidades, dentre elas por exemplo o controle de dados em tempo real, como já citado, através do SPED, o Fisco também conta com uma maior fiscalização dos dados contábeis e fiscais emitidos pelos contribuintes, agilizando o reconhecimento de irregularidades, reduzindo a visita de auditores às instalações das empresas, bem como à evasão fiscal, pois várias informações prestadas pelas empresas muitas vezes são omitidas ou até mesmo modificadas.

Conforme Oliveira (2014 apud ABREU, 2021), toda essa evolução exige um constante aperfeiçoamento profissional, onde o Contador irá compreender os novos instrumentos implantados, permitindo que ele desenvolva suas atividades de forma precisa e inovadora.

A tendência natural é que cada dia que se passa, os processos fiquem mais automatizados, porém dependerá de um profissional por detrás disso tudo, para validar os dados processados. (SOUZA, 2019 apud FERRARI, 2019, p. 34)

Atualmente, segundo Ferrari (2019), os arquivos contábeis ficam todos salvos em grandes bases de dados, podendo ser acessados dos mais diversos dispositivos eletrônicos e em qualquer lugar do mundo, eliminando a questão de extravios de documentos importantes e diminuindo o uso do papel, colaborando assim também com o meio ambiente, diferentemente da antiga contabilidade, que era carregada de muito papelório e burocracias manuais, um

dilema antigo que dificultava o planejamento com informações confiáveis e reais, pois tudo era muito extenso e levava dias e até meses para uma conclusão não tão precisa.

Dessa forma, Catelli e Santos (2011 apud LYCARIÃO, 2016) reafirmam que:

Com o uso da tecnologia da informação, os lançamentos contábeis são feitos de forma automática, não sendo necessários os lançamentos a serem realizados pela contabilidade. Este novo ambiente, modificado pela tecnologia, tem gerado a necessidade de reformulação dos métodos de trabalho, como na formação dos profissionais que devem apresentar um perfil que venha a atender os atuais procedimentos para esta nova contabilidade (CATELI e SANTOS apud LYCARIÃO, 2016).

3.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ápice da revolução na Contabilidade se iniciou de fato com os sistemas eletrônicos, que vem para contribuir com o profissional contábil, trazendo diversas vantagens por meio de sistemas integrados, como: produtividade, eficiência, valor agregado e, diferenciais competitivos. Iniciado com o advento dos computadores, essa inovação serviu de estímulo para criação de mecanismos que tornassem tarefas rotineiras em procedimentos rápidos e muito mais eficientes (MANES, 2018 apud VASCONCELLOS, 2021).

Através de sistemas integrados, com junção de informações dos departamentos de uma empresa interligados à contabilidade, o objetivo é armazenar, tratar e fornecer informações necessárias para auxiliar todas as funções e processos dentro dessa organização. Chaumier (1986 apud LIMA e REZENDE, 2020) demonstra que o sistema de informação contábil tem duas finalidades: obter conhecimento dos ambientes externos e internos nessa organização e a atuação nestes ambientes.

Neste contexto é bom destacar que um sistema de informação se define tecnicamente como um aglomerado de elementos que se relacionam e atuam coletando (ou recuperando), processando, armazenando e distribuindo informações orientadas a dar apoio na tomada de decisões, na coordenação e no controle de uma empresa. Além destas atribuições, que são por si só de extrema importância para a organização, esses sistemas têm o condão de auxiliar os gerentes e trabalhadores na análise de problemas, visualizando assuntos complexos e criando produtos inovadores (LAUDON e LAUDON, 2011 apud DIAS, 2020).

Segundo Brien (2004, p.30 apud DIAS, 2020), o sistema de informação contábil compõe -se de um conjunto de dados que são interligados e tem por propósito comum a organização e por função mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das organizações. Esse sistema, fornecem aos usuários informações financeiras que são necessárias para o controle das organizações, mas sim condições essenciais para o exercício pleno da atividade contábil.

Origuela (2017 apud VASCONCELLOS, 2021) reporta que, mediante a essas mudanças, a contabilidade agora torna-se digital, fazendo com que as empresas tomem decisões baseadas em informações eficazes e claras, entregues de imediato. Logo, passou-se a observar a contabilidade com outra visão, além das já conhecidas atividades rotineiras de registros de dados, passando a atuar de maneira mais estratégica.

No entanto, os profissionais contábeis devem estar mais conscientes de sua importância nos cenários econômico e social, buscando a renovação para vencer as novas competições e desafios gerados pelo mercado, visando atender as expectativas dos consumidores externos, que se tornam mais exigentes e seletivos na escolha de seus produtos e serviços, decorrentes das maiores ofertas surgidas com as mudanças nos aspectos relacionados às suas atividades. (SOUZA; ASCENÇÃO; SOUZA, 2013 apud STAATS e MACEDO, 2021, p. 352).

Ferrari (2019) aborda que:

A tecnologia e a inteligência artificial nunca serão capazes de substituir o verdadeiro papel do contador, pois a inteligência artificial só é capaz de trabalhar com dados estruturados, ou seja, ela só consegue processar os dados que são passados para ela. E o contador, ou melhor, o ser humano num geral, tem a capacidade de entender diversos contextos e então poder fazer uma análise dos dados, algo que, em sua essência, nenhuma inteligência artificial existente no mundo é capaz de fazer. (FERRARI, 2019, p.29).

A profissão contábil não para de se desenvolver, está em constante crescimento, onde sempre surgem novas mudanças, assim o mérito do contador também cresce. Assim os novos profissionais devem possuir conhecimentos adequados dos sistemas de informação, utilizando-se de tecnologia de ponta, principalmente através dos serviços disponibilizados através da internet. A fim de se acostumarem com a era digital (TESSMANN, 2011).

3.2 CONTABILIDADE DIGITAL

A Contabilidade Digital dá-se pelo resultado dos avanços tecnológicos desenvolvidos ao longo dos anos, em que impactaram positivamente na efetivação dos processos contábeis. De acordo com Junior e Kuhl (2019, p. 18 apud VASCONCELLOS 2021), a Contabilidade Digital trata-se de uma ferramenta de melhoria nos processos informacionais referente a modernização tecnológica relacionada às transmissões de informações fiscais e contábeis das empresas para o governo do Brasil.

Segundo autores, a Contabilidade Digital tem como objetivo aliviar os profissionais contábeis da sobrecarga das rotinas operacionais e, em contrapartida, otimizar o tempo para investir na relação com o cliente, guiando decisões e fazendo-se mais presente no dia a dia das empresas. Alcançando todas as informações do negócio do cliente em tempo real, onde o contador é o responsável por alimentar essas informações com ajuda de sistemas integrados em nuvem e gera a informação contábil, capaz de contribuir com a tomada de decisão de seus clientes. (ANDRADE, 2019, apud VASCONCELLOS, 2021).

A contabilidade digital utiliza a tecnologia para desburocratizar a rotina dos processos contábeis e aumentar a produtividade e a eficiência das tarefas, visando sempre os melhores resultados para os clientes através de uma relação de proximidade e parceria. O modelo de contabilidade digital permite que o contador tenha acesso a dados mais completos dos clientes, principalmente através de sistemas ERP integrados aos seus sistemas contábeis que reúnem e organizam informações com precisão e sem erros, o que garante melhores análises dos dados e aumentam o nível do planejamento estratégico (DUARTE, 2020, apud STAATS e MACEDO, 2021).

Com toda essa nova tecnologia, pode parecer que o profissional contábil, não é mais tão importante dentro da organização, entendendo que a sistematização faça seu devido trabalho, porém não é bem assim, nenhum equipamento ou sistema é capaz de substituir o ser humano e seu conhecimento. A informática, apenas processa dados em função das necessidades definidas no sistema contábil, mas para que todos os sistemas funcionem corretamente é indispensável à presença do profissional dentro da empresa, com seu conhecimento e as técnicas contábeis, tendo toda a responsabilidade para que as operações

sejam processadas de forma correta, em tempo hábil e em conformidade com as normas e princípios contábeis. O contador se tornou um gerenciador de informações. (COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012, p. 60).

Os autores destacam que em razão desta evolução tecnológica, o contabilista deverá dedicar-se mais a análise da contabilidade e executar um trabalho mais seguro e preciso em um intervalo de tempo menor, sendo assim, o resultado desta evolução será a maior valorização do profissional contábil.

“Seja pela falta de pessoal capacitado, ou pela necessidade de alto valor a ser investido na aquisição de softwares e equipamentos, a contabilidade digital tem se tornado um desafio para os contadores” (CARVALHO, 2018 apud VASCONCELLOS, 2021).

3.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC Nº 1.055/05 no qual considerava a importância da internacionalização das normas contábeis. Seu objetivo é estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, sigla em inglês), centralizando e uniformizando o processo de convergência aos padrões emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Assim como cita o Art. 3º da resolução:

“o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.”

De acordo com Laffin (2011), o cenário de normas brasileiras com referência às normatizações profissionais de auditoria apresentado até 2005 era, quando confrontado com o internacional, complexo. Isso pois a apresentação das regras, nomenclaturas e estilos das normas muito se divergiam. Para o profissional era difícil sistematizar conhecimentos tendo por base apenas uma norma. Caso quisesse entender uma norma de um país diferente do que atuava, o profissional precisava ter conhecimento básico acerca das normatizações do país em foco.

Segundo o autor, esse foi o primeiro passo para o processo de convergência às normas internacionais, ciente de que o CPC tem função de emitir pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações, possibilitando os órgãos reguladores emitir suas normas próprias e afim de centralizar e uniformizar o processo de produção das mesmas, Laffin (2011) destaca que a grande contribuição que o comitê trouxe foi a possibilidade de debate dos pronunciamentos, aceitando as contribuições dos mais diferentes profissionais da área, de forma a permitir que essas contribuições se transformassem, nos pronunciamentos contábeis.

O comitê é totalmente autônomo das entidades representadas, são elas: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI). Todavia, sendo o CFC um dos órgãos reguladores, as normas técnicas emitidas por ele, tem os pronunciamentos do CPC como sua base. Mas, os pronunciamentos técnicos não têm força de norma, somente aquelas emanadas de órgãos reguladores tem essa força de norma. (CFC, 2021)

De acordo com o CFC (2021), o CPC se dá em função das seguintes necessidades:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processos democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

O conselho relata que as atividades do CPC foram inauguradas em agosto de 2006, em São Paulo e a partir de então, o Comitê deu início às reuniões ordinárias, mensalmente, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, no qual o primeiro Pronunciamento Técnico emitido – CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – ficou em audiência pública de dezembro de 2006 a março de 2007. Ele foi aprovado em setembro de 2007 e divulgado no dia 1º de novembro.

Das reuniões ordinárias realizadas pelo CPC, participam, como convidados, representantes de algumas entidades, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Receita Federal do Brasil (RFB), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, também são convidados a participar, de acordo com o tema em discussão, especialistas e representantes de agências reguladoras e de determinadas entidades para o fornecimento de contribuições técnicas específicas. (CFC, 2016).

Desse modo, mediante ao Art. 36 do Regimento Interno do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, o comitê elaborará, ao final de cada ano, Relatório de suas Atividades.

§ 1o O Coordenador de Operações do CPC, com o auxílio dos demais membros, produzirá esse Relatório e o submeterá à discussão e à aprovação do CPC.

§ 2º A Avaliação de Desempenho do CPC visa contribuir para sua efetividade e para o aperfeiçoamento contínuo de sua governança.

§ 3o O Relatório de Atividades e a Avaliação de Desempenho aprovados pelo CPC serão apresentados à Assembleia dos Presidentes

§ 4º Após a aprovação do Relatório de Atividades, o mesmo será divulgado e disponibilizado publicamente via Internet.

3.4 CERTIFICADO DIGITAL

De acordo com Carvalho e Gomes (2018), a credibilidade é fundamental para que o profissional contábil possa fidelizar seus clientes, para isso a sensação de segurança e proteção exercem importante papel nesse propósito. Antes as informações eram protegidas apenas por portas, armários e fechaduras, porém com a implementação da tecnologia digital as barreiras passaram ser não apenas físicas, mas também virtuais, desse modo o surgimento da certificação digital foi um importante passo considerando que a assinatura digital, pessoal e intransferível, facilita os processos contábeis tanto para o profissional, quanto para seu cliente, de forma segura e mantendo a autenticidade.

O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que serve como identificação do seu titular, que pode ser uma Pessoa Física ou uma Pessoa Jurídica. Vem a ser uma forma segura de identificação entre as partes envolvidas em transações via internet,

sendo um documento eletrônico de identidade com validade jurídica no âmbito do ICP Brasil. (PIONER, 2011, p. 29 apud VASCONCELLOS, 2021).

Silva, Costa e Silva (2017) relatam que o certificado digital é emitido por uma determinada Autoridade Certificadora (AC), e quando ele é gerado, conta com duas chaves, uma pública e outra privada. A chave privada é utilizada para assinar os documentos, funcionando como uma identidade virtual da pessoa ou organização, enquanto a pública é utilizada para que a Autoridade Certificadora forneça validade a tal assinatura.

Segundo CFC (2016):

Com a inserção da Certificação Digital, o profissional da contabilidade, como procurador de seus clientes, tem de imediato uma gama extraordinária de possibilidades e benefícios para facilitar o seu trabalho; está em sintonia com os avanços tecnológicos implantados pelo Governo, como o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que envolve o Livro Diário Digital, Nota Fiscal Eletrônica e os Livros Fiscais Eletrônicos; e, ainda, sem o aborrecimento das filas, nem perda de tempo, poderá fazer consultas, obter documentos, fazer retificação de DARFs, acompanhamento de processos, parcelamento eletrônico on-line de débitos fiscais, agendamento eletrônico, etc. (CFC, 2016).

O certificado foi elaborado pelo governo com o intuito de conceder aos usuários uma segurança eficaz, onde só os usuários que têm acesso a chave criptográfica teriam acesso às informações, evitando assim fraudes e tantas outras brechas. (LIMA e REZENDE, 2020)

De acordo com o Instituto Nacional da Tecnologia da informação (ITI) os certificados precisam ser emitidos por entidades apropriadas, além da AC, em uma Autoridade de Registro (AR) também pode-se obter um certificado digital.

Uma AC tem a função de associar uma identidade a uma chave e "inserir" esses dados em um certificado digital. Para tanto, o solicitante deve fornecer documentos que comprovem sua identificação. Já uma AR tem uma função intermediária, já ela pode solicitar certificados digitais a uma AC, mas não pode emitir esse documento diretamente. É conveniente que cada nação conte com uma Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP) ou, em inglês, Public Key Infrastructure (PKI), isto é, um conjunto de políticas, técnicas e procedimentos para que a certificação digital tenha amparo legal e forneça benefícios reais à sua população. O Brasil conta com a ICP-Brasil para essa finalidade (ITI, 2017).

Segundo o instituto, a ICP-Brasil tem ACs credenciadas, como: Serpro; Caixa Econômica Federal; Serasa; Receita Federal; Certisign; Imprensa Oficial; AC-JUS (Autoridade Certificadora da Justiça); ACPR (Autoridade Certificadora da Presidência da República). São essas instituições que devem ser procuradas por quem deseja obter certificado digital legalmente reconhecido no país.

Sobre os certificados, existem três tipos: Certificados tipo A; certificados tipo S e os certificados tipo T. O certificado tipo A (assinatura digital) é o tipo de certificado mais utilizado, todavia serve para realizar assinaturas digitais em todos os tipos de documentos, transações eletrônicas, entre outras aplicações. Já o certificado tipo S (sigilo) é utilizado exclusivamente para proporcionar sigilo à transação, ele possibilita criptografar os dados de um documento, que passa a ser acessível somente com a utilização de um certificado digital autorizado para abrir o arquivo. O mesmo cita que certificado tipo T é o mais conhecido como carimbo de tempo, ou *timestamp*. O carimbo de tempo é um documento eletrônico emitido por uma parte confiável, que serve como evidência de que uma informação digital existia numa determinada data e hora no passado. (BROCARD, 2016 apud LIMA e REZENDE, 2020).

ITI (2020) informa que:

“os tipos de certificado digital mais pedidos são dois: o A1, que tem validade de um ano e é armazenado no computador do solicitante, e o A3, que pode valer por até cinco anos e é armazenado em um cartão ou um token criptográfico. [...] Os certificados A1 podem ser adquiridos remotamente por download, mas ficam armazenados no computador, não em um dispositivo separado, como um pen drive ou cartão magnético, o que não traz tanta segurança contra invasões do aparelho por hackers. Por isso, tem validade de duração menor. Os certificados A3, por ficarem armazenados em uma memória externa, têm validade e segurança maiores (ITI, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos foram de grande importância para a evolução da contabilidade. Considerando que o surgimento da contabilidade é tão antigo quanto o início da civilização, seus avanços se dão das descobertas e desenvolvimentos comerciais, financeiros e econômicos.

A evolução da contabilidade é notória ao analisar os processos desde o início da contagem dos seus bens com a iniciativa do controle de patrimônio do homem primitivo, as escriturações contábeis manuscritas, seu desenvolvimento anos depois que resultou nas escriturações por meio de máquinas e depois de computadores, e com eles o aperfeiçoamento a cada dia com os sistemas de informática, no qual facilitaram os serviços a serem executados e tem se desenvolvido até a atualidade.

Sendo assim, essa mudança garantiu a diminuição de pilhas e mais pilhas de papéis contribuindo para a sustentabilidade e facilitou a realização dos devidos lançamentos e demonstrações, pois se tratando dos livros manuais, o controle era mais complexo. Essa fase marcou o progresso nas escriturações contábeis e a facilidade de realizar os devidos processos contábeis. É claramente visível a qualidade do desenvolvimento nessas operações, e com o passar dos anos a contabilidade foi deixando de ser algo obsoleto e iniciou sua era digital, quando os grandes livros: razão, diário, caixa, entre outros, foram substituídos por controles e sistemas que atualmente são comportados em bases de dados e servidores.

É importante mencionar que não houve apenas avanços tecnológicos, mas também sobre o pensamento contábil. Considera-se que todos os esforços de melhorias, alinhamentos de normas, as criações dos Conselhos Federais e Regionais e criação de CPCs apresentados, juntamente com a busca por formas tecnológicas na execução de serviços, surgiram da necessidade das empresas e de seus usuários em mundo globalizado de rapidez constante de mais informações diante de transações e negociações de um mercado frenético e dinâmico. A união dessas áreas resultou na competência do profissional contábil nos dias de hoje.

Entende-se que esses avanços fizeram o profissional contábil mostrar a importância dos serviços contábeis, a modernização do setor contábil se tornou nos últimos anos não só uma tendência, mas uma necessidade mais que necessária para a melhoria da profissão e da gestão das empresas, principalmente no que se refere à prestação de contas tanto para o

cliente como para a interligação dos mesmos com as esferas governamentais, sabendo que a informatização contribuiu para as entregas das obrigações acessórias, no caso, que são direcionadas aos fiscos.

Compreende-se que a evolução contábil vinculada aos sistemas de informação contribuiu para uma nova era da profissão e na qualificação de seus serviços prestados, englobando maior controle e eficiência. A tecnologia da informação trouxe ao setor contábil, alterações e mudanças no método de como as rotinas contábeis eram feitas pelos profissionais dessa área, a contabilidade começou a passar por vários impactos de mudanças, em que os contadores precisaram aderir a essas modificações. A criação do SPED e seus projetos como ECD e ECF, foi uma inovação inserida pelo governo brasileiro a fim de facilitar as transmissões desses documentos e garantir transparência das informações. Essas ferramentas contribuíram também na fiscalização. Consequentemente, agindo na diminuição de sonegações e divergências com a realidade e os fatos apresentados pelos usuários.

Sempre houve a necessidade de se obter informações rápidas e eficazes, com o tempo esse requisito foi se intensificando, isso é indispensável para o sucesso e sobrevivência de muitas organizações pelo mundo. A contabilidade atualmente tem um papel importantíssimo para o avanço da economia pelo mundo dos negócios e sua atualização constante. Com isso a contabilidade se torna uma ciência mais do que nunca social, sendo moldada de acordo com a necessidade do homem.

Vale ressaltar que os meios contábeis tecnológicos não fazem o trabalho do profissional e que a contabilidade precisa ser feita corretamente de acordo com os embasamentos técnicos. A contabilidade digital, com os sistemas e ferramentas, são meios de melhoria para agregar no trabalho e nos processos, porém de nada vale essa tecnologia se os usuários não mantiverem as informações claras e alinhadas com veracidade dos fatos, afim de uma transparência nos resultados compartilhados ao fisco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sâmeky Lucas de Souza. A Evolução Da Contabilidade E A Atuação Do Profissional Diante Da Tecnologia Da Informação. UNIFACIG. Manhuaçu, MG. 2021.

BACHTOLD, Ciro. Contabilidade Básica. Instituto Federal Paraná. Curitiba, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. 70 anos de contabilidade. Brasília, 2016. 112. p. Disponível em: <<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>>

_____. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução N° 1.055/05. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Imagens/Res_1055.pdf?_ga=2.248434702.881850871.1637020535-1430116182.1637020535&_ga=2.248434702.881850871.1637020535-1430116182.1637020535>

_____. Conheça CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>

_____. CPC. Regimento Interno. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>>

_____. Conselho Federal de Contabilidade. SPED. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/sped/>>

_____. CPC. Perguntas frequentes. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/cpc/>>

_____. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Certificado digital: o que é, para que serve e como fazer um documento virtual. Disponível em: <<https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/noticias/iti-na-midia/iti-na-midia-certificado-digital-o-que-e-para-que-serve-e-como-fazer-um-documento-virtual>>

_____. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Entendendo a Certificação Digital. <<https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/noticias/iti-na-midia/entendendo-a-certificacao-digital-2>>

CARVALHO, Adson Ferreira de. GOMES, Valcimeiri de Souza. A ERA DIGITAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONTABILIDADE: Evolução Histórica dos Processos Contábeis. Universidade do Estado do Amazonas. Amazonas, 2018.

COTRIN, Anderson Meira, SANTOS, Aroldo Luiz dos; JUNIOR, Laerte Zotte. A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista. Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012.

DIAS, Lorena Alves. ERA DIGITAL: desafios e avanços dos processos em escritórios de contabilidade. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Goiânia, 2020.

FERRARI, Giovanni. A Evolução Das Práticas Contábeis E Os Impactos Das Tecnologias Digitais: Uma Análise Ao Longo Da História Do Brasil. Bento Gonçalves, 2019.

FERREIRA, Carlos José Wanderley. O Céu Dos Antigos, A Terra Dos Modernos E A Contabilidade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2010.

FORTES, José Carlos. O novo papel do contador. Disponível em: <<https://josecarlosfortes.com.br/gestao-e-inovacao/o-novo-papel-do-contador/>>. Acesso em: 24/10/2021

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. Introdução à Teoria Da Contabilidade: Para o Nível de Graduação. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. Normas profissionais de auditoria: Alterações ocorridas com a adoção das Normas Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

LYCARIÃO, Julio César Faustino. A percepção dos contabilistas diante dos avanços tecnológicos na era SPED: Um estudo de caso na cidade de Campina Grande – PB. UEPB. Campina Grande, PB, 2016.

LIMA, João Pedro Aparecido de Oliveira; REZENDE, Clesiomar. A IMPLANTAÇÃO E OS BENEFÍCIOS DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS PÓS SPED. Reiva Revista, Vol 1, nº 02. 2020.

MOREIRA, Raiane Gomes. A tecnologia da informação no avanço da contabilidade. Revista Farol. Vol. 13, Nº 13. Rondônia, 2021.

OSAYK. ECD e ECF: diferenças e prazo de entrega. Informações Contábeis. Disponível em: <<https://osayk.com.br/ecd-e-ecf-diferencas-e-prazo-de-entrega/>>. Acesso em: 02/11/2021

PINTO, Leonardo José Seixas. A evolução histórica da Contabilidade e as principais escolas doutrinárias. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://partidasdobradas.files.wordpress.com/2016/06/ct.pdf>>. Acesso em: 12/10/2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=114965>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa RFB Nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=114966#2223926>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. A História Da Contabilidade No Brasil. UNIFACS. Universidade de Salvador, 2008. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>>

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Lucas José Machado dos. Teoria da contabilidade. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

SCHERER, Tânia Márcia; FAGUNDES, Dorneles Sita. A evolução dos processos contábeis com as novas tecnologias: estudo de caso em uma indústria metalúrgica no Vale do Paranhana No Rio Grande do Sul. FACCAT, 2018. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/687>> Acesso em: 12/10/2021

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suellem Thainara Ferreira; SILVA, Clesiomar Rezende. A Evolução Da Escrituração Contábil À Era Digital, Com Foco Na Escrituração Contábil Digital E Escrituração Contábil Fiscal: desafios dos contadores no cenário atual. Revista Saber Eletrônico. Jussara, 2017 – ISSN 2176-5588.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. Conheça o SPED. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/10>>. Acesso em: 24/10/2021.

STAATS. Carolina. MACEDO. Fabrício de. As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital. Revista Controladoria e Gestão. Joinville, 2021.

TESSMANN, G. de M. O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis. Monografia (Graduação) – UNESC – Universidade do Sul Catarinense, 2011.

VASCONCELLOS, Karolina Boness de. Otimização da contabilidade: uma análise da literatura sobre o uso de ferramentas tecnológicas nos processos contábeis brasileiros. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. 51 p.

ZANELLA, L. H. Metodologia de Pesquisa, 2013. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021